

A pauta do plenário da Câmara e do Senado ainda não foi disponibilizada, mas a previsão é que aconteçam sessões nos dias 28/2, 1/3 e 2/3. Devem ser votadas medidas provisórias que estão prestes a perder validade. O debate principal será a distribuição da presidência nas comissões.

■ COMANDO DE COMISSÕES E REFORMA TRIBUTÁRIA MOVIMENTAM CONGRESSO

Após o recesso de Carnaval, a Câmara dos Deputados e o Senado voltam a ficar movimentados com as últimas articulações em torno do comando das principais comissões permanentes. Na Câmara, as atenções do PT estão voltadas para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a mais importante da Casa, além de outras como Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e ainda da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC). Entre outras comissões, pela facilidade de monitorar ações do governo federal, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle também está nos planos do PL. Outro pleito da legenda é a relatoria do próximo Orçamento. Já no Senado, o PL tenta garantir ao menos a presidência da Comissão de Infraestrutura. Apesar de ter a maior bancada na Casa, com a derrota do bloco da minoria – PL, PP e Republicanos – para a presidência, a expectativa é de que o PL fique com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que tradicionalmente não é alvo de disputa acirrada.

Propostas

Em relação às pautas prioritárias, o destaque é o grupo de trabalho criado com 11 deputados para tentar destravar a reforma tributária, que há anos se arrasta sem avanços no Congresso. Liderado pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) e com relatoria do deputado Aguiinaldo Ribeiro (PP-PB), na próxima semana, nos dias 28/2 e 1/3, o grupo deve se reunir para iniciar as atividades oficialmente, com a apresentação do plano de trabalho e, no dia seguinte, para dar andamento à discussão.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve perder protagonismo para a Comissão do Meio Ambiente, na avaliação de Lira

A CCJ é, tradicionalmente, a comissão mais importante (e ambicionada) da Câmara. Nesta legislatura, contudo, deve perder o posto para a Comissão do Meio Ambiente (CMA), segundo Arthur Lira tem dito a interlocutores. É ali, em sua opinião, que se darão as discussões e as decisões mais relevantes. Um exemplo: a liberação da mineração em terras indígenas. O Centrão de Lira é a favor e quer o debate do tema imediatamente. Ambientalistas, o governo e a esquerda em geral são radicalmente contra. Ainda não foi definido quem presidirá a CMA, onde todos os projetos de alteração da legislação ambiental serão discutidos.

■ PRESIDENTE DE COMISSÃO SOBRE CRISE HUMANITÁRIA ENTRE OS YANOMAMI, SENADOR CHAMA A ETNIA DE “PRIMITIVA”

Chico Rodrigues (PSB-RR), escolhido para presidir a comissão externa temporária do Senado para apurar a crise humanitária na Terra Indígena (T.I) Yanomami, disse que os indígenas são a “última etnia do planeta no século 21 que ainda é primitiva, totalmente primitiva”. O senador também afirmou que, apesar de ter sido criada com foco na preservação dos direitos dos indígenas, a comissão está levando em conta “a questão humana dos dois lados”, buscando atender também aos “20 mil brasileiros [garimpeiros] que estão, na verdade, sendo retirados porque estavam ilegais nessa área”.

Conselho Indígena de Roraima pede afastamento de senador da presidência de comissão do Senado

O Conselho Indígena de Roraima (CIR) enviou um ofício a Rodrigo Pacheco, pedindo o afastamento do notório Chico Rodrigues (PSB-RR) da presidência da Comissão Temporária Externa, criada no Senado para “acompanhar a situação dos Yanomamis e a saída dos garimpeiros” do território indígena. No texto, o CIR afirma que o senador possui conflito de interesses com a função de presidente da comissão, por defender e incentivar o garimpo e a exploração de recursos naturais em terras indígenas em Roraima e em outros estados da Amazônia, como nas T.I.s Kayapó e Munduruku, no Pará. O ofício do CIR, que foi enviado também ao Conselho de Ética do Senado, ao MPF de Roraima e ao PGR Augusto Aras, pede, ainda, a apuração da visita não autorizada de Chico Rodrigues à Terra Indígena Yanomami, na segunda-feira passada.

Partido questiona proibição de atividade religiosa na Terra Indígena Yanomami

O partido Podemos acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) para invalidar a proibição do exercício de ati-

dades religiosas e do uso de roupas com imagens ou expressões religiosas na Terra Indígena Yanomami durante o estado de emergência decretado em razão da crise humanitária daquela população. O pedido está na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7355, distribuída ao ministro Nunes Marques. A medida consta da Portaria Conjunta 1/2023, da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), que estabelece procedimentos de acesso ao local no período de vigência da emergência em Saúde Pública de Importância Nacional devido à desassistência da população Yanomami.

Nos primeiros 18 dias da nova legislatura dos deputados federais, ao menos 15 projetos que regulamentam a circulação de armamentos foram apresentados na Câmara dos Deputados

A maioria das iniciativas foi protocolada por aliados do ex-presidente. Entre os projetos e decretos que versam sobre o tema, deputados pedem a revogação dos decretos assinados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que suspenderam a venda e transferência de armas de fogo e munição por colecionadores, atiradores e caçadores. Outras iniciativas ainda

pedem a anulação da nova exigência de recadastramento das armas em circulação no País junto à Polícia Federal. No dia 15/2, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, manteve a suspensão de todos os processos que contestam o decreto de Lula que restringiu a circulação de armamentos para civis. Na decisão, o magistrado apontou que a suspensão atende a necessidade de conter a violência no País e que os atos antidemocráticos do último dia 8 de janeiro foram patrocinados por grupos armamentistas.

Projeto garante seguro-desemprego a pescador em caso de contaminação de peixes por mercúrio

O deputado Airton Faleiro (PT-PA) protocolou na Câmara o Projeto de Lei n. 169/23, que garante seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo mensal, em caráter excepcional, aos pescadores artesanais prejudicados pela contaminação do pescado por mercúrio. Para financiar o benefício, a proposta destina ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que custeia o seguro-desemprego, os valores arrecadados com as multas aplicadas aos responsáveis pela contaminação do pescado por mercúrio.

OUTRAS INFORMAÇÕES

“O IBAMA voltou a trabalhar”, diz Rodrigo Agostinho, novo presidente do órgão

Oficializado no dia 24/2 como presidente do IBAMA, o ex-deputado federal Rodrigo Agostinho (PSB-SP) tem pela frente desafios complexos. Ao mesmo tempo em que precisa reestruturar o órgão, que provavelmente foi o mais vilipendiado nos quatro anos do ex governo, tem de conseguir torná-lo operacional muito rapidamente para poder atuar como a ponta

de lança de uma das principais metas do governo Lula – derrubar o desmatamento da Amazônia. Enquanto lida com interesses econômicos e políticos que conflitam com esses planos. Com um quadro de fiscais defasado – apenas 350 para todo o país contra mais de 2 mil há 15 anos – Agostinho se impôs um objetivo próprio, um “sonho”, ele diz, de reduzir pela metade a perda da floresta ainda neste ano, mas sabe que o quadro não é exatamente favorável para isso. Depois de quatro anos em que os níveis de desmatamento voltaram a patamares não observados desde meados dos anos 2000, a motosserra acelerou ainda mais no segundo semestre de 2022, deixando uma destruição que será herdada nas primeiras estatísticas oficiais da nova gestão.

Fevereiro registra recorde de desmatamento na Amazônia

O INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) registrou, em fevereiro, um recorde de desmatamento na Amazônia Legal desde o início da série histórica em 2015. Em duas semanas do mês, já foram desmatados quase 209 km² de floresta. A taxa é vista como alta, ao considerar que fevereiro ainda não acabou. O balanço final do mês só deve ser divulgado na próxima sexta-feira (3/3). Os índices de maior destruição foram registrados nos Estados do Mato Grosso (129 km²) e do Pará (33,94 km²). Até então, a maior área desmatada na Amazônia Legal era de 198,67 km², taxa registrada em 2022.

Posse na Frente ambientalista da Câmara

O Deputado Federal Nilto Tatto (PT/SP) tomou posse como coordenador da Frente Ambientalista. Segundo o deputado, a Frente Ambientalista terá muita im-

portância em 2023: “Os desafios serão muitos diante da conjuntura de destruição ambiental que o país viveu até 2022. Um deles é a necessidade da construção de uma agenda ambiental positiva no Congresso Nacional, atuando pelo combate ao desmatamento ilegal, pelo incentivo à preservação e à conservação ambiental e pela garantia dos direitos das comunidades tradicionais”.

Retorno do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA

No dia 28/2, foi reinstalado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional da Presidência da República (CONSEA), com participação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva e também

a participação dos movimentos sociais, organizações da sociedade civil, coletivos e pessoas que atuam no campo da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. O CONSEA foi criado no governo de Itamar Franco (1992-1995), mas fechado durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Lula reabriu em 2003 o órgão, como parte de sua política para combater a fome no país. Foi a partir das discussões do CONSEA que surgiram programas como o Programa de Aquisição de Alimentos, que será retomado também. O órgão foi fechado em 2019 pelo ex-presidente, quando era presidido por Elisabetta Recine, que assumirá novamente o cargo. Apesar de a reinauguração do CONSEA ocorrer hoje, a decisão foi tomada em um dos primeiros decretos assinados por Lula, ainda em 1º de janeiro.